



código familiar: uma versão sobre o significado da família em camadas médias urbanas*

Tania Dauster**

*"A palavra família é de uso tão comum,
e refere-se a um tipo de realidade tão
ligado à experiência quotidiana que poderia
pensar-se que este trabalho depara
com uma situação simples."
(Lévi-Strauss, 1980)*

RESUMO – Este artigo tem como objetivos discutir as transformações nas relações e a construção social da definição de família em camadas médias urbanas da zona sul da cidade do Rio de Janeiro.

Minha preocupação central neste artigo é perceber de que forma se constitui socialmente o sistema de símbolos e significados que rege as definições de família (1), a partir dos pontos de vista de um determinado universo social de camadas médias urbanas, moradoras da zona sul da cidade do Rio de Janeiro.

Na composição do universo de entrevistados, foram incluídas pessoas da minha rede de amizades, seus amigos, namorados e colegas. À medida que estas pessoas foram recrutadas a partir de minhas relações ou de relações de relações, posso afirmar que elas fazem parte de uma rede cujo ego é o próprio observador (2).

São 18 indivíduos, 12 mulheres e 6 homens, cujas idades variam de 29 a 43 anos.

* Este artigo foi apresentado em sessão do Grupo de Trabalho *Sexualidade e Reprodução*, coordenado por Maria Andréa Loyola, no V Encontro Nacional da ABEP, realizado em outubro de 1986, em Águas de São Pedro (SP). (N.E.)

** Professora do Departamento de Educação da PUC/RJ

(1) Este artigo baseia-se em um capítulo de tese de doutoramento em Antropologia Social intitulada: *Nome de família: a maternidade fora do casamento e o princípio de filiação patrilinear*. Agradeço a Sérgio Lamarão a revisão do texto.

Todos eles, à exceção de uma mulher, têm curso universitário em diferentes áreas acadêmicas. Oito entrevistados estudaram Ciências Sociais, distribuindo-se os restantes pelos cursos de Arquitetura, Direito, Administração de Empresas, Economia, Matemática, Belas Artes, Biblioteconomia e Pedagogia. Mais da metade retornou às universidades para fazer cursos de pós-graduação. Suas atividades profissionais abrangem o magistério, a pesquisa, o serviço público e o cinema. A alta proporção de cientistas sociais no universo pesquisado é justificada pela própria inserção nesta área de conhecimento. Supostamente, esta escolha, considerando-se as camadas médias urbanas de forma mais ampla, pode produzir uma distorção. Acredito, entretanto, que os padrões divisados nas representações e práticas ultrapassam este grupo ocupacional.

DEFINIÇÕES DE FAMÍLIA: Princípios de Inclusão e Legitimidade – Sangue e Amor

Ovídio de Abreu Filho (1981), ao focar o parentesco enquanto sistema de representações, procura explicar porque os estudos sobre este tema se reduzem a investigações sobre a família. Uma das justificativas que fornece para essa restrição remete às dificuldades em se detectar outras instituições além da família no sistema de parentesco moderno. Como alternativa a essa perspectiva desagregante e empirista, Abreu Filho apresenta a investigação construída via o universo das representações.

Percorrendo a trilha das representações sobre família das camadas médias, descortinei a dimensão mais ampla de parentesco. Este caminho inspira-se nos marcos da pesquisa de Schneider (1968), que examina o parentesco enquanto sistema de símbolos. Abreu Filho adota a perspectiva deste autor na sua dissertação de mestrado, sobre parentesco e camadas médias urbanas no interior de Minas Gerais.

O investimento teórico na família enquanto domínio cultural requer a percepção dos significados emprestados às categorias eleitas coletivamente para a sua definição. Deste ângulo, os contornos familiares mostram-se fluidos, abrangendo, por vezes, as faces mais extensas do sistema de parentesco. A rede de relações representada expressa, por exemplo, os relacionamentos de descendência, consangüinidade e aliança, não se restringindo às relações entre marido, mulher e filhos.

Sem reduzir a família à família biológica, os elos percebidos como biológicos surgem como um componente significativo na sua definição e nas relações que compreendem. Quero dizer, com esta afirmação, que o significado imputado aos laços biológicos, mais especificamente à categoria **sangue**, tem efeitos sociais e culturais que rompem seus próprios limites. Em outras palavras, a determinação de relacionamento percebido como de sangue estabelece um sentido para os relacionamentos sociais concebidos como familiares.

O que o significado da categoria **sangue** encerra? Pelo sangue se conhece as origens de um indivíduo? Quais os mitos que se associam ao sangue? As relações designadas como de sangue determinam a identidade familiar? Até que ponto o sangue é uma metáfora que ex-



pressa os vínculos familiares?

Miriam Lins de Barros (1986), em sua tese de doutoramento, afirma que as relações familiares são representadas em primeira instância como relações biológicas, sendo o dado genético um elemento fundamental para definir os parentes consanguíneos lineares. Isto implica em um tipo de relação no qual o dado biogenético é significativo para sua demarcação.

Para Abreu Filho, “pensar o significado da consangüinidade é ao mesmo tempo pensar a categoria sangue” (p. 136). Esclarece, porém, que, para não restringir as relações familiares a relações naturais, cabe refletir sobre “o significado da categoria sangue no contexto das relações de parentesco de uma determinada cultura”. Ademais, a categoria sangue, à medida que se articula com outras categorias que delimitam o universo do parentesco, não somente designa a substância como também possui um valor simbólico.

Analisando esta dupla significância, este autor demonstra como se constrói a percepção do sangue enquanto transmissão de caracteres formadores do corpo e de outros que determinarão a moral do indivíduo. Dessa forma, esta categoria permite que se operem as conjugações entre o indivíduo e o todo que representa a família.

A representação da família no segmento pesquisado incorpora igualmente esses dois significados. A família é assim concebida como um grupo de substância e também como um grupo moral, uma vez que o sentido determinado ao sangue recobre o corpo e os chamados atributos de caráter ou morais. Em decorrência do simbolismo facultado à categoria sangue, Abreu Filho constata que uma pessoa pode ser apreciada pela sua origem, o que vale dizer, pelo seu sangue ou pela família à qual pertence.

A exposição acima tem como objetivo referendar meu propósito aqui: verificar, no segmento social estudado, a relevância dos laços biológicos e das funções afetivas e sociais na construção da noção de família. Isto se justifica à medida que duas categorias predominaram amplamente nos discursos dos entrevistados sobre a concepção de família: **sangue** e **amor**.

O **sangue** (3), como um vetor pelo qual a idéia de **família** é pensada, possui também aqui um valor simbólico referido à transmissão de características morais ou jeitos de ser. Da mesma forma, contém um significado substancialista e biológico, visto que serve para indicar caracteres físicos observáveis em **parentes**. Desse modo, o **sangue** configura-se como uma das teias necessárias à construção da noção e do tecido do parentesco.

Já a definição de **família** é elaborada através da linguagem das **relações**. São enfatizados assim não só determinados valores, mas também uma qualidade específica de **convivência** entre certas pessoas que se **reconhecem** enlaçadas em um mesmo universo de significações. Isto implica em que a **família** seja vista preferencialmente enquanto **relações** sociais e não substantivas. Por seu turno, os **parentes** são pensados tendencialmente a partir de conexões biológicas, como será discutido mais adiante. Desde logo, portanto, percebe-se que a discussão sobre o parentesco recobre a díade Natureza e Cultura (4). Articulando-se em diferentes planos e instâncias, estes dois campos de significação às vezes sobrepõem-se ou contrapõem-se na argumentação do grupo pesquisado.

Supostamente, a maneira pela qual homem e mulher vivenciam as relações sociais no interior da família admite graus de diferenciação. Percebo as diferenças mesmo quando essas relações são pensadas de forma igualitária. No entanto, a diversidade de experiência não produz, no caso da definição de família *tout court*, distinções consideráveis ao compararmos os pontos de vista entre os gêneros. Pelo contrário, a tônica é a prevalência de uma retórica que expressa regularidades na definição.

O discurso das mulheres e dos homens do universo pesquisado revela claramente percepções sobre a família, como é o caso do depoimento de Nina (38 anos, socióloga):

"A minha representação de família é dada pelo tipo de relação que estabeleço ou não estabeleço com a minha família. Eu tenho uma idealização de família, uma fantasia, que não tem nada a ver com a realidade da minha família, é o oposto. Então, só vejo família como laços sanguíneos. Então, a minha família só existe por laços sanguíneos, ela não existe em termos de laços afetivos, mas é a minha família. Eu tenho uma idealização de pessoas amigas ou com quem eu tive laços afetivos fortes..."

Aquela coisa harmônica, aquela coisa tranqüila, todo mundo respeitando a individualidade um do outro, tudo que não existe na minha família. E mais o afeto, o amor. De repente, a idéia de família é isso; laços afetivos fortes... Eu queria que a minha família fosse essa coisa harmônica, em que os laços sanguíneos se integrassem com os laços afetivos.

Querida que na minha família os laços sanguíneos fossem iguais aos laços afetivos, fossem fortes, solidários, representassem um apoio contra a solidão."

Nina, em seu relato, estabelece uma oposição entre o que chama de idealização e a existência da família, a partir da comparação entre a sua e outras famílias. Sua idéia de família é exemplar nos termos do *ethos* preponderante neste universo simbólico. Como tal, acentua a importância do respeito à individualidade (5). Este tom, que não é exclusivo de Nina, indica uma visão de mundo (6) onde os valores ligados à subjetividade, à liberdade e ao sujeito são predominantes em relação aos valores da totalidade. Por outro lado, Nina reitera a importância do afeto, da harmonia, da integração e da solidariedade. Coteja sua experiência familiar (da qual, estima, o afeto está ausente) com a idéia de família que valoriza. Nem por isso, porém, deixa de afirmar veementemente que esta é a sua *família*, mesmo que só a perceba em termos de *laços sanguíneos*.

Categorias semelhantes para a definição de família foram reiteradas no discurso de um dos homens do grupo, Carlos (33 anos, economista e ecólogo), que reproduz a carga simbólica contida nas palavras de Nina:

"Família é um grupo de pessoas com as quais eu tenho uma relação que não compreendo, (...) eu não consigo ver as razões dos vínculos se manterem. É definida em cima de laços afetivos e não de laços biológicos. O dado biológico pode ser reforçado ou minimizado. Não quero dizer que os vínculos biológicos não existam, mesmo quando não se vê a sua importância. Por exemplo, na relação com a minha filha, os laços afetivos podem ou não se desenvolver. A passagem não é tão demarcada. A emoção biológica de ter gerado é uma vibração que passa e é mais importante para os pais do que para o filho. É importante porque, através dela, o pai se sente sobrevivendo no filho."



Nina e Carlos, em sua concepção de família, desencadeiam uma discussão sobre a ordem da Natureza e da Cultura. **Laços sanguíneos** ou **biológicos** são o substrato natural e o parâmetro necessário sobre o qual se constrói a noção de família. **Laços sanguíneos**, enquanto termo que pode substituir a categoria **família**, expressa metaforicamente o lado “natureza” de sua concepção.

Suzana (42 anos, planejadora), ao discorrer sobre sua família, descreve-a inicialmente como um *agrupamento de pessoas com laços diretos e indiretos*. Neste grupo congregavam-se os filhos do primeiro casamento de seu pai, seus pais, a avó paterna e os filhos gerados da união de seus pais. Depois da morte de seu pai, estabeleceu-se uma *relação complicada, uniduíada, conflituada e sem identificação*. Sua mãe se casou pela segunda vez. O padrasto foi incorporado com os filhos do seu primeiro casamento. Enquanto sua mãe rejeitava estas crianças, ele incluía-as dela em sua vida afetiva. Suzana dá-se conta, então, de que o *“padrasto gostava de nós e nós éramos uma família para ele”*.

Ao tratar das relações familiares, Suzana contempla **sangue** e **afeto**, costura Natureza e Cultura. Sua representação de irmão comporta a classificação irmão de fato, *“uma relação sanguínea, que se dá durante o tempo com uma relação afetiva”*. Para ela, *“hoje os laços afetivos são muito mais importantes. Com meus irmãos, a relação é mais forte com os que eu tive essa relação afetiva mais intensa”*.

Ao falar de família, os indivíduos usam a terminologia de parentesco da qual dispõem socialmente: designam avós, pais, irmão, filhos, tios, como será observado no decorrer deste artigo. Isto já implica a seleção de um tipo de relacionamento social inscrito no parentesco. Por outro lado, essa terminologia ultrapassa as fronteiras da família elementar – definida pelas relações entre marido, mulher e prole –, abrangendo o espaço da família extensa.

Apesar de não querer estabelecer uma redução biologizante dessas representações, é possível fazer pelo menos uma inferência: as relações sociais vistas preferencialmente no quadro do parentesco são percebidas como de consangüinidade, descendência e filiação. Sendo assim, o grupo de referência definido desse modo é aquele com o qual o indivíduo sente-se substancialmente ligado. Oselos são dados, a princípio, por um clima de intimidade afetiva e por determinados direitos (**proteção, segurança, ajuda financeira**), deveres (**solidariedade, apoio, responsabilidade**) e cobranças.

A meu ver, a especificidade do universo pesquisado, reside na maneira pela qual elege e conjuga as categorias **sangue** e **amor**. A classificação **irmão de fato** (7), por exemplo, supõe uma relação vista como real e verdadeira, e sustenta-se, segundo o depoimento de Suzana, em laços consangüíneos e afetivos.

A referência à consangüinidade serve para atestar a existência da relação familiar como fenômeno que independe de qualquer escolha individual. A substancialização da relação familiar tem, a meu ver, um duplo efeito: colocá-la no reino da Natureza e distanciar-la do arbítrio e do social.

Quando se acentua o afetivo, a classificação de irmão/irmã pode ser estendida meta-

foricamente a pessoas escolhidas. Esta é a forma pela qual se constitui a família simbólica, pela qual os relacionamentos familiares dão sentido a outros relacionamentos sociais. Examinemos as palavras de Suzana:

"Tem, também, a fantasia da família. Eu considero algumas mulheres que eu gosto como minhas irmãs. E não são necessariamente as minhas irmãs."

O conceito de família resulta de uma reflexão sobre a vivência familiar (a própria e a dos outros), vista como **um tipo da relação** no qual as categorias **laços** e **vínculos**, sejam estes **sangüíneos** e/ou **afetivos** (8), são centrais para seu entendimento. Com isto, deprecende-se imediatamente a presença de uma ideologia sobre a **família**, inspirada em **fortes** liames, alianças e uniões, aos quais não deixam de ser associados, inevitável e praticamente, os **nós** e as **co-branças**.

Na construção da concepção moderna de família, o código **afetivo** é um fator logicamente estruturante, através do qual os vínculos substanciais adquirem ou não importância. Como já foi dito, na percepção do grupo de entrevistados, o significado dos **laços sangüíneos** pode ser relativizado como eixo para a definição de **família**, quando comparado aos **laços afetivos**. *A noção de família é construída em cima de laços afetivos e não de laços biológicos* (Carlos). Contudo, ainda do ponto de vista deste mesmo informante, constata-se que não ver a **importância dos vínculos biológicos** não significa ignorar sua existência como um **primeiro vínculo** e, ademais, o **vínculo com a espécie**.

Essa reflexão repete-se na voz de outros homens e mulheres com os quais trabalhei. Segundo Renato (30 anos, antropólogo) a *ligação de sangue* é um *princípio de inclusão* que define a *família*, enquanto os *laços de afetividade* *passam pelo biológico*, ou seja, conferem-lhe sentido e são, portanto, o seu princípio de legitimação. Contudo, para Vanessa (38 anos, socióloga) a *questão da consangüinidade* pode estar por trás das relações sociais entre as pessoas da família.

Marcos (43 anos, antropólogo), fazendo a sua reflexão a partir do mesmo quadro de referências, define a *família* como *proximidade que nada tem a ver com proximidade física; o que liga é a afetividade cega, que se embebe de cobranças e senso de responsabilidade*. Seu discurso encerra ainda a idéia de que a categoria **sangue** pode ser avaliada em termos de **distância**, sem a perda do sentido familiar:

"Eu tinha uma tia que, embora distante no sentido do sangue, quebrava os maiores galhos. Essa distância não era obstáculo para eu considerá-la como da família."

Marisa (37 anos, pintora) enfatiza o lado social de sua concepção de família. Todavia não deixa de mencionar a questão de sangue, retraduzindo-a em termos de seus valores:

"Os laços sangüíneos são a história da gente, uma memória de pai e mãe, vivência comum, que não precisa de palavras, quando se pede ajuda."

Leci (38 anos, secretária), quando indagada sobre a importância do sangue na sua



percepção de família, respondeu:

"A família se baseia numa amizade, no afeto forte, no amor. Negócio de sangue é super-relativo. Veja estas duas irmãs de quem falava. São do meu sangue. Mas, e daí? Há pessoas com quem eu me identifico muito mais do que com elas. Estou passando agora por um problema financeiro. Delas eu não recebi nenhum telefonema. Enquanto isso, pessoas amigas se colocaram à disposição."

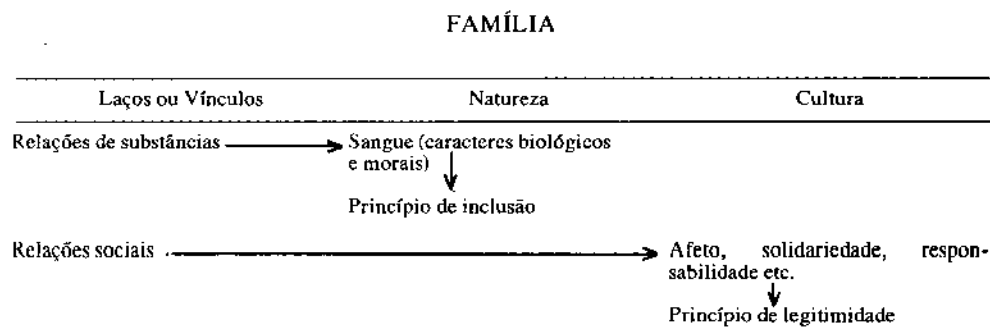
Roberta (42 anos, diretora de colégio) também acentua o princípio social:

"Eu acho que a vivência é um fator importante para definir a família. Pessoas com quem nós convivemos e com quem tínhamos mais ou menos o mesmo tipo de relação intensa, de tio para sobrinho, de avós para netos etc. Eu não sinto o sangue como um fator importante para definir a família."

Quando os informantes reiteram que é com base na convivência e no afetivo que se constrói a representação de família, verifico que esta designação foge ao domínio exclusivo das determinações de vínculos biológicos. Contudo, eles renovadamente aludem ao substrato sanguíneo. Pode-se perceber, pelo que já foi exposto, em que medida o fenômeno da procriação e das relações de parentesco assinala o dado social e o princípio da natureza. Nessa articulação, reside o núcleo de explicações segundo o qual se fundamenta a visão do sistema de parentesco entre os entrevistados.

Segundo Schneider, as relações de parentesco americanas compreendem duas espécies de amor: de um lado, o amor conjugal, presente na relação entre um homem e uma mulher, em princípio, erótico, e que se concretiza no ato sexual; por outro lado, no amor cognático (9), manifesto simbolicamente nas relações entre pais e filhos, que deve excluir qualquer tonalidade erótica e que significa uma "difusa solidariedade". Mesmo sem querer estabelecer generalizações, diria que observei algo semelhante no universo pesquisado.

Na prática, os **laços de afetividade** familiares expressam ações que implicam em **solidariedade, proteção, segurança, responsabilidade**, permeadas, contudo, por exigências de trocas ou **cobranças**. O esquema a seguir permite uma visualização da representação de família presente no segmento investigado, incluindo, portanto, as categorias relevantes para sua definição:



De acordo com as representações de família deste universo, a família é definida sobretudo por uma qualidade de relação e de sentimento associada à consangüinidade. É assim que se constrói a família enquanto convenção social **família** (Flandrin, 1976).

Admitindo que o sistema de reprodução é um dos principais campos para o estudo dos comportamentos sociais, ressalto aqui o caráter "moderno" da concepção de família prevalente.

Esse caráter é verificável pelo valor conceitual emprestado às categorias amor, afeto e emoção como marcas para o MODELO DE e MODELO PARA (Geertz, 1978), afirmado como o padrão social autêntico pelos informantes.

A fidedignidade do afeto na construção de noção de família não é suficiente, entretanto, para apagar o efeito dos **laços sangüíneos** como seu indicador de fato. O **sangue** é a condição de referência concreta, inegável, e não escolhida para atestar a existência da família. Como me declarou André (38 anos, advogado), os familiares não são *escolhidos*, eles são os *aliados necessários*. Para ele, a legitimação da família pelas relações de afeto dá-se *pela presença, pelo contato*, ou seja, pelo reconhecimento social.

Em suma, essa primeira aproximação à noção de família no universo de estudo indica a articulação do que denomino representações de "família-substância" e de "família-amor". O reconhecimento das relações sociais, expressas em determinadas emoções e sentimentos, e implícita ou explicitamente fundadas no sangue, serve de base para a construção da ética familiar.

Essa concepção familiar revela-se através da validade de um sistema de regras de conduta. Destaco, nesse conjunto ordenado de idéias e modos de ação, a solidariedade, a responsabilidade, o respeito à individualidade, a liberdade, o apoio econômico, o afeto e o sangue como seus signos privilegiados.

DEFINIÇÃO DE PARENTES: A Relevância dos Laços Biológicos e das Funções Afetivas e Sociais

Firth (1970), em sua pesquisa sobre o parentesco em contextos urbanos na sociedade inglesa, discute questões extremamente relevantes. De acordo com ele, na maioria das chamadas sociedades tradicionais verifica-se um alto grau de coincidência entre o quadro genealógico e o reconhecimento social, segundo um código de deveres e privilégios entre os indivíduos assim conectados. Já na civilização ocidental contemporânea, observa-se a dissociação entre a moldura genealógica e o reconhecimento social de parentes, o que constitui questão a ser contemplada pelo pesquisador. O estilo de vida urbano propicia ao indivíduo um considerável espaço de escolha para a interpretação e a concretização dos laços de parentesco.

No item precedente ao da sistematização das idéias mais significativas coletadas com referência ao conceito de família, foi destacado o significado da consangüinidade e dos relacio-



namentos sociais. Obtive assim uma noção relativa e operacional. Procederei agora a uma análise dos dados para construir a concepção de parente. Mas por que resolvi tomar esse caminho?

Não foi somente a leitura teórica (sobretudo de Schneider, 1968, e Firth, 1970) que me conduziu a essa decisão. No discurso dos informantes, emergiram variações de significado para o termo parente que certamente produzem consequências práticas, tanto para a conduta, nos marcos de uma moralidade familiar, quanto para o teor das expressões afetivas. Por outro lado, este termo é frequentemente flexionado na retórica sobre a família. Em certos casos, ele serve inclusive para designar família. Portanto, tendo em vista o que já foi dito, julguei ser necessário analisar essas conceituações também nas suas relações.

Na argumentação de Schneider, o sistema de parentesco americano serve como um exemplo dos sistemas de países ocidentais modernos. Uma peculiaridade afasta-os dos sistemas de parentesco encontráveis nas chamadas sociedades primitivas. Ao contrário do que ocorre nessa última, no contexto ocidental moderno o parentesco enquanto instituição social se diferencia e se distingue de outras relações e instituições sociais.

Retomo este autor a propósito do significado da categoria **sangue**. Essa representação é fundamental para definir as relações de parentesco, tanto no universo por mim estudado quanto na concepção cultural americana apresentada por Schneider. Tal qual no trabalho de Schneider, a categoria **sangue**, com sua conotação biológica e substancialista, faz-se presente neste segmento para definir as relações com parentes.

Para Márcia (socióloga, 31 anos), *“parente é ligado por sangue. É difícil eu ter amizade com parente. A relação mesmo não existe. Tenho parentes por parte de pai que eu nem sei quem são. Não tenho nenhum contato”*. Marisa aponta na mesma direção, definindo parente *“como consanguíneo. Não são da história da família”*. No entanto, para André, *“parente e família são sinônimos”*, e para Carlos, parentes são *“os familiares dos familiares”*.

O depoimento de Leci é bastante incisivo:

“Parente? Não, não é família. Este lance de parente eu acho bonito em álbum de família. Tem parentes que eu quero distância. São parentes que não te dizem nada. Só aparecem nos casamentos e nos velórios.”

Nina faz o seguinte comentário, reforçando o fator da consanguinidade:

“Parentes são laços sangüíneos, nada mais do que isso. Mas quando encontro meus primos com os quais eu não tenho a menor convivência, apesar de termos vidas totalmente diferentes e quase nunca conversarmos, existe um reconhecimento até físico, porque temos semelhanças. Meu olho é igualzinho ao olho dos meus primos. Então, quando a gente se olha é quase como se eu visse um pedaço meu no outro. Existe, então, uma coisa muito forte. Tem um reconhecimento que não está baseado em nenhum discurso, em nenhuma relação vivida, em nenhuma prática afetiva. Mas tem uma cumplicidade – nós somos do mesmo sangue.”

Procurando as diferenças entre as lógicas e regras que sustentam as noções de **parentes e família** eu diria que existem demarcações sutis, que podem ser percebidas mediante a retórica (10) do grupo.

As relações entre **parentes** são naturalizadas (Schneider, 1968) e biologizadas (11) à medida que se referenciam, sobretudo, pelos vínculos biológicos. Nessa dimensão, os parentes podem ser pensados como familiares mesmo quando o afeto não existe como cimento dessas relações e quando inexistente a convivência. O **sangue** é signo e substância que, sendo comum a determinada rede de indivíduos, enlaça-os no sistema de parentesco. A meu ver, as conexões biológicas são o valor e a norma relevantes para compreender a classificação de **parentes**. No entanto, o referente biológico tem uma menor importância, *vis-à-vis* as relações sociais que prevalecem para a definição da categoria **família** (Firth, 1970), principalmente em seu significado moderno.

Quando seu valor é reiterado, qual a significância que o sangue vem a representar? Algumas pistas são detectáveis: as relações consanguíneas são vistas enquanto relações de identidade (Schneider, 1968). Como diz Nina, "*o meu olho é igualzinho ao olho dos meus primos . . . é quase como se eu visse um pedaço meu no outro*". O reconhecimento de caracteres físicos e exclusivos comuns é gerador de uma identificação aquém da significação afetiva. A **cumplicidade**, quando assim se instala, é mediada pela confusão em uma substância comum – o **sangue**. A existência da cumplicidade denota um cunho globalizador. Os parentes são ligados entre si por uma vinculação que os abrange, engloba, e se impõe, e que transparece na expressão *nós somos do mesmo sangue*. Desse modo, o sangue propicia a inclusão do indivíduo em uma totalidade maior através da identificação de caracteres comuns.

O significado do sangue opera tanto a fusão do indivíduo biológico no interior de um grupo, como também é fator de construção de sua noção de identidade (Velho, 1981). Desta forma, a idéia do "eu" no universo estudado passa a adquirir um de seus contornos através do **sangue** como símbolo da relação do indivíduo com seu grupo de parentesco. Seu significado, como será visto, não se limita às características físicas que compõem a noção de corpo, conforme bem demonstra o discurso de Nina. Simboliza, também, tanto uma aparência quanto uma origem, uma posição social, um nascimento, um atributo e um valor.

Vejamos o que Valéria (30 anos, administradora de empresas) diz a propósito da importância do **sangue**:

"Eu não adotaria uma criança. Conheço histórias de filhos adotivos que herdaram caráter e cultura dos seus pais verdadeiros. Não digo cultura no sentido de entender de quadros ou de saber falar inglês, mas sim como ver a vida mais civilizadamente. Cultura em origem, ligada à origem. Caráter, principalmente. Neste aspecto, a minha família é homogênea. Então eu acho que o sangue é importante, a origem é importantíssima. A minha vizinha adotou uma menina e que azar teve! Nada da educação que ela deu conseguiu realmente entrar dentro da garota."

Vimos anteriormente no discurso de Nina a visão do sangue enquanto elo de identificação física de parentes. Valéria trata de um outro aspecto. O sangue aparece na sua fala como



veículo de transmissão de caracteres hereditários culturais. Ou seja, nesta teorização “nativa” a reprodução de características morais faz parte de um processo de hereditariedade biológica (12). Deste ponto de vista, portanto, o caráter ou a educabilidade de um indivíduo são faces de seu potencial genético. Em outras palavras, não são atributos aprendidos no curso da socialização.

Em parte, este segmento revela a crença no sangue como parâmetro na construção da noção de pessoa. Tanto a nível de caracteres físicos como de caracteres sociais, o **sangue** tem o poder de explicar a transmissão da herança biológica e moral de pais para filhos. Essa reprodução se daria através de identificações que não são adquiridas socialmente. Em última análise, elas definem-se substancialmente (13).

A discussão anterior teve como propósito demonstrar como se constrói o significado simbólico do sangue enquanto transmissor de caracteres físicos e morais (14) de ascendentes para descendentes neste universo simbólico. O aprofundamento da noção de sangue pareceu-me relevante à medida do que ficou explicitado no início deste artigo, ou seja, que a reflexão sobre as representações de família e parente remete às esferas da Natureza e da Cultura.

Quais os significados que ainda podem ser extraídos destas explanações? Na minha interpretação, as definições de **família** e **parente**, ao darem relevância ao plano da Natureza, constroem-se ao nível da linguagem hierárquica.

Nessa perspectiva, o **sangue** expressa o **princípio de inclusão** de indivíduos biológicos, que possuem caracteres físicos semelhantes, em uma totalidade que os engloba (Schneider, 1968).

Como foi indicado, a questão da ascendência e da descendência (código da aliança e da reciprocidade, Lévi-Strauss, 1980) é tematizada mediante a crença no sangue como veículo de herança nas escalas dos atributos físicos e de características morais, sociais e culturais. Opera-se, desta maneira, a biologização dos aspectos morais (15).

A referência aos laços consanguíneos remete à questão do grupo de descendência. Héritier (1975), estudando a sociedade francesa, define os limites do grupo de descendência como incertos, embora abranjam, em princípio, a geração anterior – os pais dos cônjuges –, os tios, tias, primos etc., colaterais. A importância desse grupo de descendência reside em laços de solidariedade particularmente fortes, à medida que são biológica e afetivamente fundados. Segundo a apreciação desta mesma autora, a explicitação da consangüinidade na constituição da noção de família implica a manutenção de um princípio básico ocidental, representado pela filiação patrilinear e pela autoridade masculina. Estes “princípios de base” ficam ocultos em virtude da atual atomização das famílias e do fato de que, aparentemente, é reconhecida igual importância às relações de consangüinidade do lado paterno e do lado materno. Héritier chama atenção também para alguns aspectos que atestariam socialmente a preservação da norma básica, tais como as regras de transmissão do nome de família e outras “incapacidades” jurídicas ainda reservadas ao gênero feminino. Estas são algumas das faces do modelo patrilinear.

A DESCRIÇÃO DA FAMÍLIA: A Inclusão e a Exclusão de Consangüíneos e Afins na Estrutura de Relações Sociais da "Família-Amor"

Nos itens precedentes, indiquei como são privilegiados ou conectados os eixos de consangüinidade e amor na construção das concepções de **família** e **parente** nos segmentos pesquisados. Passo agora a analisar os mecanismos operados para efeito de inclusão ou exclusão social de consangüíneos e afins na "família-amor". Sendo assim, lido com a descrição de família face aos valores ideais do que chamo de "família-amor".

Tomo como ponto de partida a lógica dos relacionamentos sociais, oriundos tanto do grupo de descendência quanto do casamento ou das uniões consensuais. Nessa perspectiva, quando consangüíneos e afins, tornam-se "família"? Até que ponto a representação de família, no grupo estudado, expressa as relações de aliança e casamento? São importantes os liames legais? E as funções sociais e afetivas?

Observei que não existe uma coincidência necessária, como diz Firth (1970) em seu trabalho sobre a sociedade inglesa, entre o quadro genealógico e o reconhecimento social do parentesco. O parentesco enquanto construção social não é visto apenas como resultante de conexões biológicas, ligando-se também a determinadas funções sociais, assim como aos sentimentos que abarcam o relacionamento. De forma análoga, os afins só são incluídos na **família** mediante o sistema de significados sociais e afetivos que estrutura a noção de "família-amor".

A descrição concreta dos membros que fazem parte da família é fluida nas suas fronteiras e nos elementos que são incorporados ou excluídos, variando no tempo e a partir da trajetória de vida de cada um. Encerra **faces** e **fases**, como me foi dito e como mostrarei a seguir. Contudo, a heterogeneidade de formas, manifestações e **faces** familiares não destitui os princípios que accentuam o valor de uma qualidade básica da relação – o afeto.

A visão de família de Marcos é marcada pela sua experiência de menino nascido e criado no sul da Bahia, radicalmente oposta àquilo que observa no Rio de Janeiro e que ouviu falar da vivência familiar na Inglaterra. Ele ficou particularmente impressionado com uma entrevista de Mick Jagger a propósito de jovens londrinos que não conhecem seus avós. Esse relato contrasta vivamente com a representação de família de Marcos, que inclui, entre seus elementos constituintes, *pais, irmãos, avós e tios-avós, sobretudo de parte de mãe*.

Márcia considera seus familiares *o pai, a mãe, os irmãos, o tio e o avô*, excluindo parentes por parte de pai, com os quais não tem convivência. Roberta classifica a família em duas categorias: a *família grande*, que inclui *pai, irmãos, sobrinhos, tios, avós, primos*, e a *mini-família*, que corresponde àquela que construiu.

Até aqui, discuti as representações que me foram comunicadas acerca das relações com o grupo de descendência. Passo agora a examinar a percepção dos entrevistados a respeito das relações de afinidade.

Roberta, legalmente casada com Paulo, assim explica seu afastamento:



"Eu me esforço, entende, mas não sinto nada. Paulo é muito afastado das pessoas. Eu acho a relação da família de Paulo esquisitíssima, são três irmãos que não se vêem nunca, não se falam. Se ele estivesse curtindo a família dele, talvez eu o estivesse. Ele não investe nisso. Ele investe muito mais no meu lado do que na família dele."

Marisa é desquitada. Falando da sua situação de casada, afirma:

"Família de marido eu nunca senti como parente. Nunca tive sogra. Não tinha afinidade."

Leci vive consensualmente com seu marido Valter. Diz ela:

"Pensando bem, quem é minha família? Meus tios que me criaram, minhas irmãs, minha mãe e Valter. Incluo também a família dele, porque são pessoas que eu acho afetuosas."

Vanessa também vive consensualmente com seu marido. Refletindo sobre as ocasiões em que necessitou de apoio, relativiza: *"Os afins em várias situações funcionam e os vejo como família"*. Carlos se expressa de forma parecida: *"A avó de minha filha é um pouco parente pelos pequenos gestos de solidariedade"*.

Considero relevante indicar que, em determinadas condições, a família enquanto constructo social incorpora consangüíneos e afins. A descrição da família, a nível de consangüíneos e afins, atesta a importância do princípio social na construção do parentesco. Essa reconhecimento é resultante da valoração de sentimentos afetivos, identificações e gestos de apoio. Nas relações de afinidade, os laços legais não são considerados suficientes para dar sentido às relações, que são construídas sobre funções sociais e afetivas.

Considerando-se a estrutura de relações, percebo que a descrição de família não se ateu à composição do universo restrito à chamada família conjugal, composta de pais e filhos, abrangendo também relações de descendência e afinidade da esfera do parentesco. No entanto, é importante lembrar que as descrições apresentadas com maior profundidade e amplitude foram feitas por Marcos, que se representava fruto de uma primeira socialização em contexto não-metropolitano, e por Roberta, cuja socialização primária decorreu em contexto urbano. Foi possível observar o estabelecimento de laços familiares atribuídos a ascendentes (16), colaterais e descendentes. Os afins podem ou não ser incluídos, mediante as suas potencialidades como aliados.

O discurso do grupo e a minha observação direta levam-me a reiterar a interpretação feita por Lins de Barros (1986) em sua tese de doutoramento, que se refere à emergência de "um modelo de família extensa, apesar de as famílias conjugais não viverem juntas" (p. 241). A presença constante, a convivência e os sentimentos envolvendo seus membros constituem a face moderna e urbana dos desdobramentos do modelo de família extensa, excluindo-se o aspecto da coabitação. Para esta autora, o eixo definidor de família no segmento que pesquisou constitui-se de avós, pais e netos e se funda nos valores do sangue, da autoridade e do afeto que os enlaçam.

O MODELO DE e MODELO PARA (Geertz, 1978) relativo à incorporação de consangüíneos e afins na esfera familiar é a “família-amor”. A constatação de cobranças e conflitos não destitui o valor imputado ao sentimento. Em suma, **família** é um termo de significado afetivo (Firth, 1970) que, no entanto, não deixa de se fundar na consangüinidade e na afinidade. Esses referenciais, possivelmente, relativizam o valor do afeto e da solidariedade enquanto signos da família.

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA: Apoio Econômico e Projetos de Vida

Françoise Héritier (1975) afirma que as interações entre as gerações expressam não somente os laços afetivos, mas também – e de maneira prioritária e particular – os econômicos, considerando-se outras relações do contexto social ou profissional. Na minha opinião, algo semelhante ocorre no grupo que investiguei.

No plano das relações concretas, o afeto é descrito através de situações de vida nas quais a reciprocidade, a **segurança**, o **esquema de proteção** dão sentido ao grupo familiar. Nesse segmento social, o modo pelo qual o dado econômico é enunciado cria uma das fronteiras (17) práticas e simbólicas entre os relacionamentos familiares, face a outras redes de relacionamento, como, por exemplo, a de amizades. A seguir, serão indicadas as diferenças entre as duas redes de relações quanto ao sentido do apoio econômico.

As **dificuldades financeiras** devem ser absorvidas em primeira instância pelos familiares e não pelos amigos. As expectativas em relação à família são fundadas em direitos e deveres da ética familiar, o que demonstra a importância e o papel específico que a família possui:

“Tenho um irmão que está me ajudando financeiramente no trabalho, da forma que só os laços familiares fazem. São cheios de nós, mas podem ser bonitos.” (Marisa)

“Eu sei que morrer de fome não vou, tenho a minha família. Com amigos poderia ficar uns dias na casa. Mas existe a alternativa da família para ajudar.” (Márcia)

As expectativas financeiras em relação aos parentes explicitam-se não somente quanto à ajuda econômica em tempos de crise ou na manutenção cotidiana, mas também em relação a alguns projetos ambicionados ao nível profissional ou ao nível dos negócios, que se tornam factíveis na aliança econômica familiar. Referindo-se à importância da família, André afirma considerar crucial o esquema familiar para o êxito dos projetos individuais. No seu caso, já independente financeiramente e contando com a aprovação da família em relação aos seus novos *projetos de vida*, parou de trabalhar durante um período. Nessa fase, a ajuda financeira temporariamente prestada pela família foi de maior importância.

Segundo Velho (1981:24) “a noção de que os indivíduos escolhem ou podem escolher é a base, o ponto de partida para se pensar um projeto”. Para tal, entretanto, pressupõem-se outras concepções, entre as quais a noção de indivíduo como valor e sujeito moral (Dumont,



1970). Essa idéia está associada à valorização da subjetividade e do cultivo do eu, fundada no código individualista. A noção de *projeto de vida*, categoria “nativa” do grupo, é significativa para se pensar as opções a nível do campo de trabalho dos entrevistados e, portanto, da construção de um plano de identidade individual.

Baseando-me ainda em Velho, friso que certamente o apoio familiar significa, em alguns casos, o reconhecimento do projeto individual como legítimo e “natural”. Essa idéia é subsidiária da visão de que cada “biografia é a história mais ou menos bem sucedida das potencialidades específicas a cada indivíduo” (Velho, 1981:22). Neste nível etnográfico, legitima-se a individualização no todo englobador pressuposto pela família. A importância da noção de biografia é subjacente à representação de projeto, o que conduz à sacralização da experiência individual enquanto visão de mundo e estilo de vida (Geertz, 1978; Velho, 1981).

MUDANÇA NA FAMÍLIA: Transformação de Relações e Postulados Fundamentais

Qualquer reflexão sobre a família não se furta ao questionamento das possíveis mudanças dos relacionamentos entre os gêneros ou entre os pais e filhos no seu interior. Estudos recentes apontam para o apagar das luzes, em determinadas instâncias, de um certo tipo de família, baseado no modelo hierarquizado e assimétrico das relações familiares. Isto implica, portanto, na valorização do afetivo, da liberdade e da simetria das relações. Ademais, apesar do maior espaço de “opções” (Figueira, 1985) e das contestações ao modelo tradicional, a tessitura dessas relações é ainda entrevista no seu avesso moderno (Dougier, 1975).

Essas disposições são etnograficamente perceptíveis no universo pesquisado e dão lugar tanto à emergência de outras definições e imagens familiares, quanto à sombra dos valores da chamada família tradicional. Vale lembrar, também, que elas enraizam-se nas trajetórias de vida destes indivíduos e na sua visão de mundo e estilo de vida. Suas biografias são, neste caso, marcadas por separações conjugais (Velho, 1986), por contestações ao modelo tradicional, pela criação de modelos alternativos – as *mães solteiras* –, pela valorização da individualidade, pelo feminismo, pelo trabalho feminino ou pelas idéias de liberação sexual.

Jorge fala-me de sua *família direta*, incluindo *pai, mãe, irmãos e parentes*. Com outros, declara que não teve *convivência*. O plano da consangüinidade e o da vivência das emoções sentimentais geradas pela convivência estão implícitos nessa descrição. Na sua opinião, com o passar do tempo operou-se uma mudança na sua idéia de família. Anteriormente, pensava a família enquanto *pai, mãe e filhos dentro de uma casa*. Em outras palavras, alicerçava sua norma de família sobre os eixos da aliança, da descendência/consangüinidade e da coabitação em termos de família elementar. Hoje, depois de um casamento e uma separação, fala de um outro sentido familiar, de uma família organizada em moldes não-tradicionais e formada por ele, pela segunda mulher, pelos filhos dele e pelo filho dela. Os filhos moram metade do tempo com eles e a outra metade com os ex-cônjuges. Organizaram-se de modo que as crianças passem na sua casa três dias durante a semana e um fim de semana alternado. O objetivo deste arranjo social é abrir, nas suas palavras, um *espaço nosso*, ou seja, a convivência *do casal, os dois*

“tête-à-tête”. Declara, a seguir, que depois de sua separação aproximou-se mais da família de origem, sobretudo de sua mãe, que frequenta a casa com assiduidade.

Enfim, conforme diz Hérítier (1975:155), os “hábitos mudam, mas os princípios permanecem” embora sob outras faces e roupagens. Ademais, a ruptura do primeiro casamento de Jorge reestabelece os liames com o grupo de descendência –principalmente a geração anterior –, no caso, sua mãe.

Este movimento, com base nas formulações desta autora, exprime a correlação entre a crise matrimonial na família conjugal e a rearticulação de laços entre gerações na esfera da família extensa. Isto implica na mútua dependência entre os dois domínios familiares. As palavras de Jorge formulam esta inter-relação:

“Com a separação, passei a ter uma relação muito mais próxima com a minha família. Até então, eu distanciava muito a minha família dos meus filhos. Eu tinha a minha vida, mas não tinha uma relação com a minha família. Quando saí da casa da minha mãe para viver a minha vida, esqueci completamente a minha família.”

Note-se que esta outra ordenação familiar de que fala Jorge não apaga a função da família como instituição socializadora dos filhos. Tampouco ignora os laços de consangüinidade e afeto ou o fator moradia, facilitador da convivência. Contudo, Jorge acentua o *espaço do casal* (18) e institui uma fronteira na dimensão familiar para uma outra convivência. Constitui-se aí o “lugar” do amor erótico, que se expressa no *tesão*, realiza-se no ato sexual e se diferencia do amor cognático (Schneider, 1968), difuso nos outros relacionamentos. À medida que fica acentuado o *tesão* no relacionamento, a sexualidade não se alicerça apenas na reprodução como fim e se legitima também na busca do prazer.

Correlato ao espaço do casal, constrói-se um espaço para cada um de seus membros. Permitem-se, por exemplo, interesses distintos e atividades de lazer independentemente um do outro, tais como saídas com amigos específicos. Esta é uma das maneiras pela qual, ao nível do casal, os indivíduos acentuam tanto a sua identidade quanto a sua individualidade.

Vale acrescentar que a noção do *espaço do casal* se funda a partir da vivência da **paixão** (19), vista como desveladora de outros valores e relações. Esta disposição amorosa remete uma vez mais à noção de indivíduo como valor. Araújo e Castro (1977), assim como Velho (1981), entre outros autores, abordaram esta temática.

Teoricamente, sustenta-se ainda que a idéia do amor faz parte de uma linguagem das emoções que encontra seu pleno significado no seio dos valores individualistas (Araújo & Castro, 1977; Velho, 1981 e 1986). Cabe reiterar aqui as formulações de Araújo e Castro. Estes autores buscam demonstrar que “a noção de amor aponta para uma certa concepção de mundo, onde o indivíduo é a categoria central”. Para tal, sua análise do drama de Romeu e Julieta valoriza a relação amorosa como aquela que se concretiza entre indivíduos (**indivíduo** entendido, segundo L. Dumont, como representação de valor na sociedade ocidental) destacados da esfera do social ou, até mesmo, em oposição a esta instância. Com isto, a noção de amor estaria compreendendo determinadas relações sociais, nas quais se sobressaem os elementos afetivo e emo-



cional, assim como a idéia de uma escolha (não necessariamente recíproca) feita em termos individuais.

Embora não pretenda me aprofundar na discussão, cabe destacar que os autores referem-se às categorias **indivíduo** e **pessoa**, associando à primeira as noções de sentimento e emoções e, à segunda, as definições de direitos e deveres, remetidas ao social. No entanto, significativamente, eles lembram que as oposições não são tão claras assim, como sugere Marcel Mauss, ao demonstrar o caráter social das emoções e dos sentimentos. Por ora, enfatizo que a noção de amor é teoricamente construída em função da categoria **indivíduo** (como ser de liberdade e de igualdade), contrapondo-se à idéia de relações de aliança contraídas entre famílias. Como tal, o amor de Romeu e Julieta seria paradigmático para as relações amorosas na cultura ocidental moderna.

O que ficou exposto até aqui pretende mostrar, mais uma vez, que é na relação entre a noção de **indivíduo**, como é elaborado no interior de uma determinada tradição antropológica, e a categoria amor que reside a importância teórica do tratamento do tema.

Voltando ao nível etnográfico, percebe-se que no interior da família conjugal fica demarcada uma fronteira simbólica entre o *espaço do casal* e o espaço que congrega as crianças, a partir de experiências significativas nos dois campos. A convivência com as crianças, sobretudo nos finais de semana, é marcada por programações infantis. Os cuidados com a alimentação, a roupa, a escola compõem o cotidiano do grupo e demonstram o amor cognático. Jorge deixa claro essa rotina em seu depoimento:

“Quando eles estão aqui, a gente tem uma relação com eles interna, dentro da casa. E a nível de fazer programas com eles, a gente faz o programa que eles querem. Fazemos programação infantil.”

Neste momento, cabe a alusão a Ariès (1978), que define a família a partir do “sentimento de infância”. O lugar da criança e seu valor são elementos fundamentais para o entendimento da família contemporânea. Mas o que é o “sentimento de infância”? Para este autor, trata-se de uma mudança histórica na maneira de pensar a criança e no lugar que ela ocupa na organização familiar. A família se transforma e já não está centrada apenas na sua função de sobrevivência, mas valoriza as relações afetivas no seu meio. O sentimento de infância, correlato ao sentimento de família, é uma das suas formas particulares. Este novo código familiar implica uma construção da particularidade infantil e a distinção entre os universos adulto e infantil. O zelo que inspira se expressa na preocupação moral e em aspectos de saúde física, higiênica e mental.

Cabe lembrar também que, ainda segundo Ariès, o processo de escolarização na sociedade européia acompanhou esta revolução sentimental e o interesse pelo estudo dos filhos faz parte dessa concepção de afeto pela criança. É justamente o sistema de relações, atitudes, sentimentos e valores relativos à criança um dos elementos constitutivos do modelo familiar contemporâneo. Paralela às feições sentimentais das relações entre pais e filhos, instaura-se a questão da igualdade (20) na prole (que deve ser igualmente beneficiada), inclusive ao nível do código civil. Em suma, o “sentimento de infância” não corresponde a uma etapa do cresci-

mento, mas sim, define-se por atributos e valores que são sociais.

A existência da "infância" enquanto categoria e valor faz parte do sistema simbólico das representações de família neste universo e vem a ter importância axial na definição do seu amor cognático. A divisão do espaço doméstico é mais um dado para pensar o lugar da criança e sua particularidade. No segmento social estudado, observamos, tanto no caso de Jorge como nos dos outros entrevistados, os cuidados com o quarto das crianças. Para a idéia de família viver, usando a expressão de Boltanski (1974), como um conjunto orgânico de individualidades distintas, são necessárias determinadas condições sociais, econômicas e culturais. A possibilidade de um espaço diferencialmente ocupado é importante, mas vai depender da maneira pela qual o espaço é percebido e do uso que lhe é dado. No entanto, a existência deste espaço individualizado associa-se à consciência da particularidade infantil e à noção de **liberdade**, mesmo quando vista de forma relativizada pelo direito à autoridade assumido por mãe ou pai.

No depoimento de Fernanda (29 anos, socióloga), a questão da individualização na família é facilmente constatada: *"Eu tenho uma relação distinta com cada uma das minhas filhas, porque as duas têm personalidades diferentes"*. Separada do primeiro marido, Fernanda vivencia a ruptura com o "tradicional" na sua concepção de *família ampliada*, fundada nas relações de solidariedade que não excluem a cobrança:

"Minha família é formada basicamente pelas minhas filhas, pela Maria, que é a empregada que eu considero como minha família, pelo ex-marido, pelos meus pais, e pelo meu namorado. É uma família ampliada, não é?"

Fernanda elabora a sua classificação de família *tradicional* e *nova* a partir da perspectiva da psicanálise e das práticas místico/naturais:

"Em primeira instância, eu acho que a família é um grupo neurótico. Falo desta primeira família que a gente constitui, que já não é mais o nosso caso específico. A família é um foco de conflito permanente. Agora, há a família tradicional, com essa mãe tradicional, com esses papéis tradicionais, e também essa nova, que está surgindo, onde se tenta passar uma nova concepção de vida, pelo menos rompendo com esses padrões. Uma transa de contato mais íntimo com a natureza, essas práticas mais naturais, a apologia das coisas místicas. Muitas famílias estão sendo constituídas assim: parto de cócoras e toda uma abordagem naturalista. Eu acho que isso aí é uma coisa nova surgindo. Mas a família tradicional ainda é forte. As novas famílias, produtos dessa transição, e as crianças, frutos dessas novas famílias, sofrem com a transição. Eu sou free demais e sofrem mesmo, porque são filhos dos maiores abandonados."

Pela sua representatividade, o depoimento de Fernanda merece algumas considerações. Sua descrição de família, por exemplo, não só accentua o eixo dos ascendentes (pais) e da aliança (quando envolve o ex-marido), como **agrega** as relações de serviço a partir da incorporação da empregada. Não existe um tom contratual para definir este relacionamento. Estamos no interior de um estilo de construção de vínculos pessoais de dependência, patronagem e solidariedade (Ariès, 1978).

Por outro lado, Fernanda aponta para um outro modo de estruturação familiar, mar-



cado pelas *práticas naturais* e a *apologia das coisas místicas*. Embora não seja este o espaço para o aprofundamento desta questão, diviso aí outros rituais e simbolismos, compondo uma alternativa para a organização das relações familiares. Tais concepções e modo de vida diferentes possivelmente encontram respaldo nos movimentos da contra-cultura e nas propostas ecológicas atualmente em evidência. Ademais, fundam-se no código individualista. Este código constitui-se como referencial para a análise aqui elaborada. Nesta linguagem, outras idéias são significativamente articuladas para a constituição da noção de família. Estamos aí no reino do indivíduo enquanto valor. Os termos correlatos são, como foi mencionado, o amor, a liberdade e o respeito à individualidade.

NOTAS

1. "O termo FAMÍLIA originou-se do latim *Famulus*, que significa: conjunto de servos e dependentes de um servo ou senhor. Entre os chamados dependentes inclui-se a esposa e os filhos. Assim, a família greco-romana compunha-se de um patriarca e seus flâmulos: esposa, filhos, servos livres e escravos" (Prado, 1985: 50).
2. "Na formação da rede . . . somente alguns, e não todos, indivíduos componentes têm relações sociais uns com os outros" (Bott, 1976).
3. Luis Fernando Duarte (1986: 201) trabalha a complexidade da categoria **sangue** enquanto a dimensão mais "física", em oposição à categoria **criação**, qualificada como mais "moral". A categoria **sangue** está presente na representação de família no universo de classes trabalhadoras estudado por Duarte, e se "reduplica em dimensões 'morais' . . .". Em Dauster et al (1982), mostramos como a descrição e a definição de família em camadas faveladas passam por eixos de consangüinidade e afinidade e por valores tais como **confiança**, **criação**, **respeito**, que operam enquanto fatores incorporados ou excludentes de seus membros. Isto faz crer que a família, nesses segmentos, não é representada apenas como um grupo biológico, mas, também, como um constructo cultural (Cardoso, 1981), que abrange outras categorias.
4. Lévi-Strauss (1982:47) analisa logicamente a distinção entre Natureza e Cultura: "Estabelecamos, pois, que tudo quanto é universal no homem depende da ordem Natureza e se caracteriza pela espontaneidade, e que tudo quanto está ligado a uma norma pertence à Cultura e apresenta os atributos do relativo e do particular".
5. Refiro-me à representação do indivíduo enquanto valor, conforme a tradição presente em autores como Simmel (1971) e retomada, entre outros, por Veilho (1982, 1986) e Salem (1985a).
6. Geertz (1978) estabelece uma diferenciação entre os conceitos de "visão de mundo" e *ethos*. O *ethos* são os aspectos morais, estéticos e valorativos que imprimem tom, caráter e qualidade à vida de um povo, enquanto "visão de mundo" indica seus aspectos cognitivos e existências, suas idéias mais abrangentes de si mesmo, da sociedade e da ordem.

7. Tal qual as expressões *mãe verdadeira* ou *pai verdadeiro*, que são empregadas para diferenciá-las das pessoas que cumprem papel social de *mater* ou *pater*.
8. Vale ressaltar que no discurso do grupo pesquisado encontrej as expressões *laços afetivos* e *amor* para falar das relações familiares. Ver também Chadeaux e Gèneraud (1975), a propósito dessas categorias.
9. O cognático deve ser entendido segundo a concepção de Lévi-Strauss (1982).
10. Admito, como Peter Fry, que “a ação social, mesmo defasada das prioridades estabelecidas pelas representações, será sempre compreendida nos termos que elas estabelecem”. (Fry, 1982: 89). Ou seja, não são feitas dissociações entre representações e práticas.
11. Ver Costa (1984), a propósito da adoção e da naturalização das semelhanças entre filhos e pais adotivos.
12. Ver Loyola et al (1977) sobre a categoria “sangue” e o processo de “predisposições” pessoais em universo popular, conforme ressalta Duarte (1986).
13. Lembro algumas expressões etnograficamente observáveis que denotam o que está sendo apresentado: *sangue azul* (origem); *sangue frio* (qualidade); *está no sangue* (atributo inato); *sangue bom* e *sangue ruim*.
14. Abreu Filho (1980) já trabalhou esta questão no contexto de camadas médias urbanas no interior de Minas Gerais.
15. Costa (1984) elabora esta questão quando discute a adoção de crianças.
16. Lins de Barros (1986) destaca o papel dos avós no contexto das relações internas à família conjugal dos filhos.
17. Velho, em *Individualismo e Cultura* (1981), trabalha a questão das fronteiras culturais, destacando a importância de marcar experiências significativas para a delimitação de universos simbólicos, como já foi assinalado.
18. Salem (1985b) trabalha uma outra proposta do casal: o casal grávido e sua vivência de gestação e parto, assim como de maternidade e paternidade, fora da ordem “tradicional”.
19. Velho (1986) trabalha a experiência da paixão em um universo de indivíduos psicanalisados, na faixa etária dos 30 aos 45 anos.
20. Sobre as relações entre amor e igualitarismo entre os filhos, ver também Flandrin, 1976. O afeto deve ser, na perspectiva da moral cristã, distribuído equitativamente entre os filhos. Este autor trabalha, historicamente, a evolução do conceito de amor no contexto da moral doméstica.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU FILHO, O. – 1983. “Dona Beija: a análise de um mito” In: FRANCHETTO, B. et al (org.). *Perspectivas antropológicas da mulher*, 3. Rio de Janeiro, Zahar. p. 73-108.
- – 1981. “O Parentesco como sistema de representações: um estudo de caso”. In: FIGUEIRA, S.A.. *Família, psicologia e sociedade*. Rio de Janeiro, Campus. p.133-150.
- –1980a. Parentesco e identidade social. *Anuário antropológico 80*. Rio de Janeiro. p.95-118.
- –1980b. *Raça, sangue e lua: identidade e parentesco em uma cidade do interior*. Rio de Janeiro, Museu Nacional. 237 p. (Tese para obtenção de título de Doutor).
- ANDRADE, C.D. de – 1962. *Antologia poética*. Rio de Janeiro, Ed. do Autor. 258 p.
- ARAUJO, R.B. & CASTRO, E.B.V. de – 1977. “Romeu e Julieta e a origem do Estado”. In: VELHO, G. (ed). *Arte e sociedade: ensaios de sociologia da arte*. Rio de Janeiro, Zahar. p. 130-169.
- ARIÈS, P. – 1978. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, Zahar. 279 p.
- BARROS, M.M.L. de – 1986. *Avós: autoridade e afeto*. Rio de Janeiro. Museu Nacional. 271 p. (Tese para obtenção de título de Doutor).
- BOLTANSKI, L. – 1974. *Puericultura y moral de classe*. Barcelona, Laia. 153 p.
- BOTT, E. – 1976. *Família e rede social: papéis, normas e relacionamentos externos em famílias urbanas comuns*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- CARDOSO, R. – 1981. *Family continuity: the foresting of children, consanguinity and socialization among “favela” families*. São Paulo. (Mimeo).
- CASTRO, B.V. de & VELHO, G. – 1978. O Conceito de cultura e o estudo de sociedades complexas: uma perspectiva antropológica. *Artefato*, 1 (1):4-9, jan.
- CHADEFAUX, M.J. & GÉNÉRAUD, J. – 1975. Les Jeunes: mariage non famille. *Bof! Autrement*, Paris, (3):23-32.
- COSTA, M.C.S. – 1984. *Um estudo da adoção: um parto às avessas*. Rio de Janeiro, P.P.G.A.S./Museu Nacional/UFRJ. 25 p.
- DAUSTER, T. – 1985a. A Desafiante mãe solteira. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 jul. Caderno Especial. p. 4.

- DAUSTER, T. – 1984. *A Experiência obrigatória: notas sobre o significado filho em camadas médias urbanas*. Rio de Janeiro, P.P.G.A.S./Museu Nacional/UFRJ. 2 p.
- – 1987. “A Invenção do amor”. In: FIGUEIRA, S.A. (org.). *Uma nova família?* Rio de Janeiro, Zahar. p. 99-112.
- – 1985b. *Laços e nós: indivíduo, família, amigos*. Rio de Janeiro, P.P.G.A.S./Museu Nacional/UFRJ. 32 p.
- – 1983. O lugar da mãe. *Comunicações do Iser*, Rio de Janeiro, 2 (7): 20-6, dez.
- DAUSTER, T. et al – 1982. *Representações de maternidade e de controle de fecundidade em camadas faveladas*. Rio de Janeiro, MEC/MOBRAL. 170 p.
- DOUGIER, H. – 1975. Finie, la famille? *Autrement*, Paris, (3):3-5.
- DUMMONT, L. – 1970. *Hommo hierarchicus: ensayo sobre el sistema de castas*. Madrid, Aguilar. 429 p.
- DUARTE, L.F. – 1986. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro, Zahar/CNPq. 290 p.
- FIGUEIRA, S.A. – 1985. “Modernização da família e desorientação: uma das raízes do psicologismo no Brasil”. In: FIGUEIRA, S.A.. *Cultura da psicanálise*. São Paulo, Brasiliense. p. 142-46.
- FIRTH, R. et al – 1970. *Families and their relatives: kinship in a middle class sector of London*. New York, Humanities Press. 476 p.
- FLANDRIN, J.L. – 1970. *Familles, parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société*. Paris, L. Hachette. 287 p.
- FRY, P. – 1982. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar. 135 p.
- GEERTZ, C. – 1978. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar. 323 p.
- HÉRITIER, F. – 1975. Les Dogmes ne meurent pas. *Autrement*, Paris, (3):150-62.
- LE MILLOUR, C. – 1982. *La Maternité singulière: récits de vie de mères célibataires*. Paris, Robert Lafont. p. 272.
- LÉVI-STRAUSS, C. – 1982. *As Estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis, Vozes. 537 p.



- LOYOLA, M.A. et al – 1977. *Medicina popular ou sistema paralelo de saúde*. Rio de Janeiro, IMS/UERJ. 280 p. (Relatório do Projeto de Pesquisa).
- MAUSS, M. – 1974. “A Expressão obrigatória dos sentimentos”. In: CARDOSO, R.A. (org.). *Marcel Mauss: antropologia*. São Paulo, Ática. p. 145-154.
- PRADO, D. – 1985. *O Que é família?* São Paulo, Brasiliense. 93 p. (Coleção Primeiros Passos, 50).
- SALEM, T. – 1985a. Família em camadas médias? Uma revisão da literatura recente. *Boletim do Museu Nacional: Antropologia: nova série*, (54):1-29, out.
- – 1985b. “A Trajetória do casal grávido: de sua constituição à revisão de seu projeto”. In: FIGUEIRA, S.A. (org.). *Cultura da psicanálise*. São Paulo, Brasiliense. p. 35-61.
- SCHNEIDER, D.M. – 1968. *American kinship: a culture account*. New Jersey, Prentice Hall. 117 p.
- SHORTER, E. – 1974. “Differences de classe et sentiment depuis 1750: l'exemple de la France”. In: *Histoire et sexualité. Annales*, 29 (4):1034-1057, juil/aout.
- SIMMEL, G. – 1971. *On individuality and social forms*. Chicago, University of Chicago Press.
- VELHO, G. – 1981. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Zahar. 149 p.
- – 1986. *Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração*. Rio de Janeiro, Zahar. 111 p.

ABSTRACT – THE FAMILY CODE: A VERSION ON THE MEANING OF FAMILY IN URBAN MIDDLE STRATA – The aim of this article is to discuss the transformations in relationships and the social construction of family definition in urban middle strata of Rio de Janeiro's Southern section.